

Capítulo 

**PRÁTICAS INTEGRATIVAS E
COMPLEMENTARES EM SAÚDE COLETIVA**



PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE

COLETIVA

INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY PRACTICES IN COLLECTIVE HEALTH

Anna Clara de Medeiros Brilhante¹

Jéssica Leny Gomes Ferreira²

Anaila de Araújo Oliveira³

Ana Karina de Almeida Soares⁴

Debora Cristina Santos⁵

Sérgio Ferreira Tannús⁶

Neide Moreira de Souza⁷

Resumo: As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) em saúde coletiva referem-se a abordagens terapêuticas que se integram à medicina convencional para promover a saúde, prevenir doenças

1 Especialista em Saúde da Família, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Gestão Pública e Hospitalar, Neurociência e Física da Consciência e Farmácia Clínica direcionada à Prescrição Farmacêutica.

2 Especialista em Prótese Dentária; Aperfeiçoamento em Ortodontia.

3 Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica e Saúde da Família. Enfermeira assistencial pela EBSEH – HCUFU.

4 Especialista em saúde mental e em gestão do cuidado com o foco no apoio matricial pela UFPB

5 Especialização em Docência nos Ensinos Médio, Técnico e Superior. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia- PPGAT/UFU

6 Graduado em Enfermagem. Mestre em Saúde Ambiental e Saúde do trabalhador PPGAT pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia.

7 Pós-graduação em UTI, com Ênfase em Urgência e Emergência (Instituto Passo 1, Uberlândia, MG/Brasil). Doutoranda em Saúde Pública (UCES/CABA/AR)



e contribuir para o tratamento de diversos problemas de saúde. Essas práticas têm sido cada vez mais reconhecidas e adotadas em sistemas de saúde em todo o mundo. Alguns exemplos de PICs incluem acupuntura, homeopatia, fitoterapia, yoga, meditação, entre outras. As PICs geralmente adotam uma abordagem holística, considerando não apenas os sintomas físicos, mas também aspectos emocionais, mentais e sociais da saúde. Essa abordagem é alinhada com os princípios da saúde coletiva, que buscam compreender e intervir nos determinantes sociais da saúde.

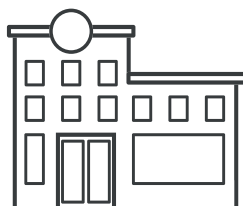
Palavras chaves: Práticas Integrativas e Complementares; Saúde Coletiva; Cuidado; Atenção Básica.

Abstract: Integrative and Complementary Practices (PICs) in public health refer to therapeutic approaches that integrate with conventional medicine to promote health, prevent diseases and contribute to the treatment of various health problems. These practices have been increasingly recognized and adopted in healthcare systems around the world. Some examples of PICs include acupuncture, homeopathy, herbal medicine, yoga, meditation, among others. PICs often take a holistic approach, considering not only physical symptoms but also emotional, mental and social aspects of health. This approach is aligned with the principles of collective health, which seek to understand and intervene in the social determinants of health.

Keywords: Integrative and Complementary Practices; Public Health; Careful; Basic Care.

INTRODUÇÃO

A construção da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS iniciou-se a partir do atendimento das diretrizes e recomendações de várias Conferências Nacionais de Saúde e às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse sentido, em 03 de maio de 2006, o Ministério da Saúde aprovou e publicou a portaria nº 971 instituindo a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (AMADO et al., 2018).



As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) caracterizam-se como um grupo de racionalidades médicas e recursos terapêuticos de cuidado que buscam a promoção, a prevenção, a recuperação e o tratamento da saúde, contribuindo para a atenção ao indivíduo de maneira integral. Essas práticas ampliam as abordagens de cuidado e as possibilidades terapêuticas para os usuários, garantindo maiores integralidade e resolutividade da atenção à saúde (BRASIL, 2018).

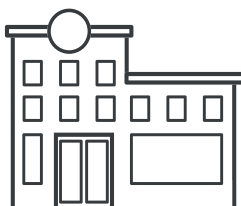
Atualmente a PNPIC estabelece 29 práticas, sendo elas: apiterapia; aromaterapia; arteterapia; ayurveda; biodança; bioenergética; constelação familiar; cromoterapia; dança circular; geoterapia; hipnoterapia; homeopatia; imposição de mãos; medicina antroposófica/ antroposofia aplicada à saúde; medicina tradicional chinesa- acunputura; meditação; musicoterapia; naturopatia; osteopatia; ozonioterapia; plantas medicinais- fitoterapia; quiropraxia; reflexoterapia; reiki; shantala; terapia comunitária integrativa; terapia de florais; termalismo social/ crenoterapia e ioga (BRASIL, 2006).

Com a Implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), no Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil desponta em cuidados com a Saúde, contribuindo para a prevenção de doenças, promoção e manutenção da saúde (5). As PICS podem ser ofertadas em todos os âmbitos da atenção à saúde; contudo, a PNPIC estimula que essas práticas sejam implantadas prioritariamente na Atenção Básica (CALVI; RABI; VIANA, 2021).

As Práticas Integrativas e Complementares, por privilegiarem a atividade terapêutica e basearem em teorias voltadas para os aspectos ambientais e comportamentais do processo saúde-doença, caracterizam-se como estratégias potencialmente interessantes para o enfrentamento dos novos desafios na atenção à saúde.

Assim as PICS podem ser consideradas como uma forma de promover a saúde. Antes delas e de outras ofertas de cuidado que reconhecem e valorizam os determinantes e condicionantes da saúde, o recurso público da saúde era utilizado prioritariamente em determinadas formas de cuidado, diminuindo a possibilidade do cidadão em participar da escolha da abordagem do cuidado (HABIMORAD et al., 2020).

Porém, apesar da reconhecida importância que as PICS têm representado para a melhoria



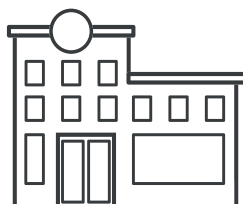
do cuidado em saúde, diversos são os desafios para sua implantação e implementação na Rede de Atenção à Saúde (RAS), inclusive considerando as especificidades regionais e locais. De modo geral, sua implantação no SUS tem tido pouco apoio, considerando o baixo incentivo financeiro, poucos investimentos em formação e baixa avaliação e monitoramento, sobretudo quanto à inserção da Medicina Tradicional e Complementar na atenção primária à saúde (NERI et al., 2023; TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

DESENVOLVIMENTO

O caminho de construção de um novo modelo assistencial de saúde, por meio do movimento Atenção Primária em Saúde do Futuro, tem feito sua fundamentação na ampliação da assistência médica por meio do Programa Mais Médicos. Esse modelo, pactua oportunizar para a população mais abastada, cada vez mais assistência, garantindo o acesso à saúde a partir dos preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS).

No tocante à Integralidade, princípio do SUS que defende e garante considerar o ser humano de forma global, olhando para suas necessidades e características, percebemos que as Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS), ocupam um papel importantíssimo para que esse princípio organizacional seja realidade no nosso sistema de saúde.

As PICS foram elaboradas como proposta de um novo modelo de cuidado no país, de forma concreta a partir de 2006, com a publicação da primeira edição da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, a PNPIC. Segundo o Ministério da Saúde (MS), as PICS são baseadas no modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo, que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (PNPIC, 2015). Hoje, são padronizadas 29 Práticas, com racionalidades médicas distintas, porém, todas com



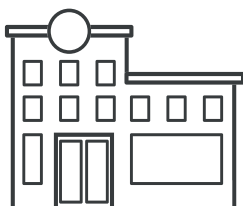
o mesmo princípio, ir além do modelo de cuidado médico ocidental, essencialmente medicamentoso e centrado na doença.

Considerando que estamos há menos de três anos para a PNPIC complete vinte anos de publicação, devemos refletir como está a situação da implantação das PICS no nosso território. Dentre os mais variados Estados, podemos lembrar que com a publicação do Manual de Implantação de Serviços de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, que data de 2018, é possível perceber que a construção desse instrumento revela a dificuldade da implantação ainda se faz presente por diversos fatores. Os mais impactantes e sensíveis deles é a fonte de financiamento e a capacitação profissional.

Segundo a Política Nacional, é de responsabilidade de Estados e Municípios a capacitação profissional e demais subsídios para sejam implantados os serviços de PICS no SUS de forma regular. Para isso, alguns Estados fizeram a elaboração de suas próprias políticas, considerando a aceitação de determinadas PICS por meio da população local, as peculiaridades de cada Região de Saúde e estabelecendo a padronização da responsabilidade das fontes de financiamento.

Esses foram alguns dos estados que criaram suas Políticas Estaduais a partir da Política Nacional: Goiás e Minas Gerais em 2009, São Paulo em 2010, Rio Grande do Norte em 2011, Rio Grande do Sul em 2013, Mato Grosso em 2015, Paraná em 2018, Santa Catarina e Bahia em 2019 (OBSERVA-PICS, 2019). Essa movimentação estadual busca criar um fluxo de implementação das PICS em cada estado por meio de padronizações junto aos Conselhos Estaduais de Saúde.

Mesmo após publicação das Políticas Estaduais, alguns Estados sofreram diminuição do número de estabelecimentos de saúde que ofertam PICS no SUS, o Rio Grande do Norte é um deles. O RN possuía 475 em 2017, em 2018 passou a ser 418 e por fim, 2019 eram 464. Podemos considerar atribuir uma possível relação de causa e efeito multifatorial, que resulta na diminuição desse número. Possuímos oito Regiões de Saúde de abarcam 167 Municípios, de forma autônoma cada Região tem elaborado Planos de Atuação com participação de pesquisadores vinculados à Programas de Pós-graduação, atuante no Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP), ofertando capacitações em Meditação e Reiki para os Municípios da II Região de Saúde. Já os municípios da IV Região, tem convidado as Institui-



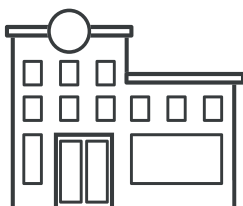
ções de Ensino Superior (IES), com Projetos de Extensão que oferecem PICS, por exemplo o Núcleo de Práticas Integrativas e Complementares (NUPICS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), para realizar ações com seus servidores de diversos setores.

Também precisamos destacar a atuação profissional com PICS, bem como a produção científica, dos alunos de Programas de Residências Multiprofissionais nas Regiões de Saúde que com sua carga horária extensa e suas vivências amplas, fazem a ponte entre o que há de mais novo dos conhecimentos em saúde com a prática vivenciada diariamente, ficando para eles as ações com PICS, uma vez que sua graduação recente já lhe permitiu entrar em contato com os conhecimentos e vivências das Práticas.

Em dados obtidos no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), no mês de Outubro de 2023, foram realizados no Rio Grande do Norte 1.053 procedimentos com Práticas Integrativas em Saúde, sendo eles: 181 Sessões de Acupuntura, 217 Eletroestimulação, 484 Auriculoterapias, 144 atendimentos com Massoterapia, 1 tratamento Termal/ Crenoterapia, 16 sessões de Aromaterapia, 1 atendimento com Cromoterapia, 6 sessões de Geoterapia, 1 sessão de Imposição de mãos, 1 Hipnoterapia e 1 tratamento Fitoterápico.

Se compararmos com os dados dos atendimentos realizados, no mesmo período nos estados que publicaram suas Políticas Estaduais tardiamente, Paraná em 2018 e Bahia em 2019, teremos os seguintes dados dos respectivos estados: 3.714 e 1.834. É buscada a comparação com Estados distintos, mas principalmente com as políticas mais recentes, para que possamos traçar um paralelo não tão óbvio entre tempo decorrido de publicação da Política Estadual e fortalecimento da oferta das PICS no SUS. Essa relação entre tempo decorrido e fortalecimento das PICS depende diretamente da articulação e movimentação das Conselhos Estaduais de Saúde, bem como a Referência Técnica Estadual responsável pelo setor de PICS.

Corroborando com esse paralelo, diversos relatam encontram problemáticas semelhantes ao pesquisar sobre o processo de implantação das PICS no SUS, trazendo o real cenário atual repleto de fragilidades, segundo os quais, o desconhecimento da Política Nacional, do processo de implantação



por parte de profissionais e gestores do SUS, a falta de capacitação e recursos específicos para esse fim, é um dos maiores entraves para a oferta de PICS no SUS (PLÁCIDO et al, 2019; ROCHA, 2023; VIEIRA E FILHO, 2022; HABIMORAD et al, 2020).

Dentre as mais diversas estratégias adotadas pelos Estados, o Décimo Quarto Boletim Evidências do ObservaPICS, ressalta a exitosa experiência dos estados Bahia e Minas Gerais que respectivamente, com organização parcerias junto às IES para facilitar a formação profissional dos Servidores do SUS em PICS e de Planos Anuais de Atuação setorizados de forma regionalizada, dirigidos por uma Unidade Regional de Saúde, que atua como referência técnica por meio do acompanhamento, monitoramento e apoio à implementação das Práticas.

Continuamente, sabendo que as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) enquanto abordagem terapêutica de cuidado integral dos usuários (as) constitui-se como uma importante estratégia terapêutica de cuidado em saúde mental e tendo como principal objetivo além prevenir agravos à saúde de maneira integral a promoção e recuperação da mesma devido as estratégias como, tem como benefícios a escuta acolhedora, a construção de vínculos e a conexão entre ser humano, o meio ambiente e a coletividade.

As práticas foram efetivadas e preconizadas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC) são gratuitas e fazem parte do acervo de cuidados ofertado pelo SUS sendo aplicadas na atenção básica e nos Centros de práticas integrativas complementares financiadas e mantidas pelo Ministério da Saúde.

Assim, os vinte e nove procedimentos presentes nas Práticas Integrativas e Complementares (PICS) constituem-se como uma maneira de cuidado do SER Humano, dentro das unidades e serviços de saúde, caracterizando- se como potentes estratégias e diminuindo os agravos através uma visão ampliada do processo saúde e doença, promovendo um cuidado integral de uma maneira holística e especialmente estimulando autocuidado.



CONCLUSÃO

Faz-se necessário observar que as práticas integrativas são complementares ou seja as mesmas não substituem o cuidado em saúde tradicional, porém possibilitam cuidado do indivíduo como um todo, levando em conta seus aspectos físicos, emocionais, mentais e sociais. Dessa maneira as práticas integrativas são um complemento e são indicadas e realizadas por profissionais especializados que trabalham conforme a necessidade exigida por cada situação.

As práticas integrativas, por meio de uma abordagem interdisciplinar e humanizada são estratégias direcionadas tendo como ponto de partida um cuidado humanizado constituindo-se como recursos terapêuticos que ampliam a percepção da população, no sentido de despertar o interesse da mesma para o desenvolvimento da sua autonomia e do autocuidado.

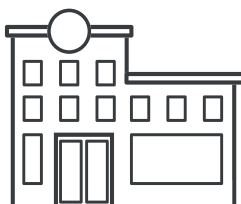
Não podemos esquecer que além de todos os benefícios proporcionados pelas PICS, as mesmas também podem ser usadas para aliviar sintomas e tratar pessoas que já estão com enfermidade instaladas, dentre dessas, podemos destacar os sofrimentos psíquicos (sofrimentos mentais) causados pelas questões internas e também sociais da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AMADO, D. M. et al. Política nacional de práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde 10 anos: avanços e perspectivas. *J Manag Prim Health Care* [Internet]. 22º de agosto de 2018 [citado 5º de dezembro de 2023];8(2):290-308.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

CALVI, R. L; RABI, L. T; VIANNA, W. O. Práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) e a implementação no Sistema Único de Saúde (SUS) – uma breve revisão. Brazilian Journal of Health Review. Curitiba. V. 4, n. 6, p. 29144-29155. 2021.

HABIMORAD, P. H. L. et al. Potencialidades e fragilidades de implantação da política nacional de práticas integrativas e complementares. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Internet. 2020.

HABIMORAD, P. H. L. et al., Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Ciência & Saúde Coletiva, 25(2), 395–405. 2020.

LUZ, Madel Terezinha; BARROS, Nelson Filice de. Racionalidades Médicas e Práticas integrativas em saúde: estudos teóricos e empíricos. Rio de Janeiro: Cepesc / Ims / Uerj / Abrasco, 2012. 360 p.

NERI, S. C. C. et al. Diagnóstico situacional das práticas integrativas e complementares em saúde na Bahia: um estudo transversal. Revista Baiana de Saúde Pública. Bahia. v. 47, n. 1, p. 9-24, 2023.

PLÁCIDO, André Lima et al. Percepção dos gestores das unidades básicas de saúde sobre as práticas integrativas e complementares. Revista de psicologia, v. 13, n. 43, p. 865-872, 2019.

ROCHA, Isabela Rodrigues et al. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: a construção (in) completa da política em um município de grande porte no Brasil. Saúde em Debate, v. 47, p. 110-125, 2023.

SOUZA, I. M. C. Et al. Boletim Evidências ObservaPICS, Recife, n. 14, mai - ago, 2023. rev. atual.



TESSER, C. D; SOUSA, I. M. C; NASCIMENTO, M. C. Práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde brasileira. Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro. V. 42, n. 1, p. 174-188, 2018.

VIEIRA, L. de O.; & Martins Filho, I. E. Secretários de saúde e aspectos relacionados à gestão das Práticas Integrativas e Complementares. Saúde E Sociedade, 31(4), e210698pt. 2022.

